



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional de Lisboa.

ASSINATURAS	
As três séries . . . Ano 360\$	Semestre . . . . . 200\$
A 1.ª série . . . " 140\$	" . . . . . 80\$
A 2.ª série . . . " 120\$	" . . . . . 70\$
A 3.ª série . . . " 120\$	" . . . . . 70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação de depósito prévio a efectuar na Imprensa Nacional de Lisboa.

## SUMÁRIO

### Presidência do Conselho:

#### Declarações:

De que contém a menção «Visto e aprovado em Conselho de Ministros» o Decreto-Lei n.º 48 905, que define a orgânica administrativa adequada ao início da realização do planeamento regional.

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 48 894, que autoriza o Governo a contrair encargos até ao montante de 2 milhões de contos para continuação do reequipamento extraordinário do Exército e da Aeronáutica.

#### Portaria n.º 23 977:

Designa as importâncias que os conselhos administrativos de diversas unidades da Força Aérea ficam autorizados a sacar em conta da verba do capítulo 10.º do orçamento ordinário de Encargos Gerais da Nação em vigor.

### Ministério do Ultramar:

#### Portaria n.º 23 978:

Reforça uma verba inscrita na tabela de despesa ordinária do orçamento geral da província de Cabo Verde para o ano em curso.

#### Orçamento:

De receita e despesa para 1969 da Missão Geográfica de Timor.

#### Orçamento suplementar:

De receita e despesa para 1969 da Missão de Pedologia de Angola e Moçambique.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

### Secretaria-Geral

Para os devidos efeitos se declara que o original, arquivado nesta Secretaria-Geral, do Decreto-Lei n.º 48 905, publicado pela Presidência do Conselho, Secretariado Técnico, no Diário do Governo n.º 59, 1.ª série, de 11 de Março corrente, contém, antes da assinatura de S. Ex.º o Presidente do Conselho, a seguinte menção:

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho, 11 de Março de 1969. — O Secretário-Geral, *Diogo de Paiva Brandão*.

Declara-se, para os devidos efeitos, que entre o original, arquivado nesta Secretaria-Geral, e o texto do Decreto-Lei n.º 48 894, publicado pelo Departamento da Defesa Nacional, Gabinete do Ministro, no Diário do Governo

n.º 55, 1.ª série, de 6 de Março corrente, existe a seguinte divergência, que assim se rectifica:

No n.º 4 do artigo 1.º, onde se lê: «... independentemente do preceituado diploma é aplicável o estabelecido no Decreto-Lei n.º 48 284 ...», deve ler-se: «... independentemente do preceituado na primeira parte do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 48 284 ...».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho, 11 de Março de 1969. — O Secretário-Geral, *Diogo de Paiva Brandão*.

## SECRETARIA DE ESTADO DA AERONÁUTICA

#### Portaria n.º 23 977

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Aeronáutica, que, nos termos do § 4.º do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 41 758, de 25 de Julho de 1958, os conselhos administrativos das unidades da Força Aérea a seguir indicados sejam autorizados a sacar, em conta do capítulo 10.º do orçamento ordinário de Encargos Gerais da Nação em vigor, as importâncias que lhes vão indicadas:

Artigo 188.º, n.º 1), alínea 1:

Depósito Geral de Material da Força Aérea	40 000\$00
---	------------

Artigo 192.º, n.º 1):

Base Aérea n.º 2 . . . . .	400\$00
Grupo de Detecção Alerta e Conduta da Interceptação . . . . .	77 400\$00
Base Aérea n.º 5 . . . . .	721\$60
Base Aérea n.º 3 . . . . .	307\$60
Depósito Geral de Material da Força Aérea	995\$60
Comando da Zona Aérea dos Açores . . . . .	1 114 528\$80

Secretaria de Estado da Aeronáutica, 17 de Março de 1969. — O Secretário de Estado da Aeronáutica, *Fernando Alberto de Oliveira*.

## MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

### Direcção-Geral de Fazenda

#### Portaria n.º 23 978

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 23 367, de 18 de Dezembro de 1933, reforçar com a importância de 40 000\$ a verba do capítulo 10.º,